

# A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO DE GUERREIRO RAMOS

JOÃO VICENTE RIBEIRO BARROSO DA COSTA LIMA<sup>1</sup>

## Resumo

O presente *paper* pretende examinar a contribuição de Alberto Guerreiro Ramos para a constituição da Sociologia no Brasil, e, mais especificamente, de sua sociologia do conhecimento. Nesse sentido, serão revistos alguns problemas colocados pelo autor quanto à natureza da produção do conhecimento, fazendo-o localizar-se entre as diversas tradições e teorias em voga à época. O objetivo fundamental deste texto é problematizar a relação entre teoria e prática disposta na obra do autor.

**Palavras-chaves:** Sociologia do Conhecimento; Pensamento Social Brasileiro; Autonomização do Saber.

## Abstract

This paper intends to examine Alberto Guerreiro Ramos' contribution to Sociology in Brazil, and more specifically his sociology of knowledge. Thus, some of the problems that the author dealt with in relation to the nature of the production of knowledge will be reviewed and the work will be situated within (fazendo-o localizar-se) the different traditions and theories in vogue during that epoch. The main objective of this paper is to question the relation between theory and practice within the author's work.

**Keywords:** Sociology of Knowledge; Brazilian Social Thinking; The Autonomy of Knowledge.

1. O debate em torno do pensamento social brasileiro revitalizou-se a partir dos anos 80, quando foram retomadas antigas preocupações sobre as abordagens referentes à construção intelectual no Brasil. Diversos autores se empenharam na tarefa de discutir a gênese e a constituição das ciências sociais no Brasil<sup>2</sup>. Todavia, qualquer reflexão se defronta com os primeiros critérios de compreensão da história do pensamento social brasileiro, que se tem pautado frequentemente pelos critérios que levam em conta o período de institucionalização das ciências sociais, dos grandes autores, suas obras e influências teórico-metodológicas predominantes.

Segundo Sadek (1987), há quatro modelos que se ressaltam na construção da produção intelectual brasileira:

*i) o classista*, que analisa a produção intelectual tendo como modelo clássico o que define o pensamento como conservador, pequeno-burguês, revolucionário e reacionário. O que predomina nessa análise é a funcionalidade ideológica das idéias, isto é, transforma o pensamento num epifenômeno em relação às condições econômico-sociais;

*ii) o da conciliação*, onde o fenômeno ideológico ainda assume uma importân-

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Sociologia da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Entre outros, destacam-se Mariza Corrêa (1987); Sérgio Miceli (1989) e Lúcia Lippi Oliveira (1987 e 1991).



cia destacada para o exame da produção intelectual. Baseia-se num entendimento do conflito como decorrente da dinâmica das relações sociais que resulta ora numa visão da história brasileira conservadora, ora numa perspectiva de conciliação e composição política;

*iii*) o da *institucionalização científica* que demarca dois períodos: o pré-científico (até os anos 30)<sup>3</sup> e o científico (após os anos 30)<sup>4</sup>. Dentre os autores mais respeitados que adotaram este modelo, destaca-se Florestan Fernandes, para quem a institucionalização das ciências sociais no Brasil só foi possível com o desenvolvimento de condições suficientes para a formação do pensamento racional autônomo na década de 30. Neste ponto, fatores macrosociológicos formaram um conjunto que propiciou os meios adequados à especialização e consolidação do conhecimento como um todo. Há um certo consenso entre os autores quanto aos eventos mais importantes; destacam a industrialização, a urbanização e a divisão social do trabalho;

*iv*) O *nacionalismo*, que tinha como expoente maior a figura de Alberto Guerreiro Ramos, cuja reflexão não enfrentava o debate acerca da cientificidade ou não do conhecimento<sup>5</sup>, mas restringia-se à questão da funcionalidade, ou seja, uma atitude intelectual madura exige que se verifique as condições objetivas (como classe social, os efeitos da industrialização e da urbanização) para que se supere uma visão restritiva, por que contingente. O que se busca é um sa-

ber totalizante que se volta, para realizar seu intento, para a reconstituição do dado contingente afim de que se alcance uma objetividade necessária. Guerreiro Ramos critica uma sociologia brasileira que não abordou os aspectos essenciais da vida nacional<sup>6</sup>.

A história da sociologia no Brasil compreende o desenvolvimento de temas bem abrangentes, desde as relações entre as disciplinas, até as práticas dos atores sociais cientistas segundo seus interesses. Pode-se afirmar, nos termos de Bourdieu, que ocorreu e ocorre uma disputa em torno da legitimidade da prática das ciências sociais, quer dizer, empreende-se uma luta pelo monopólio da autoridade científica (quanto à demarcação dos problemas fundamentais, dos métodos e das teorias empregadas) com desdobramentos marcantes para a conformação do universo institucional da ciência no Brasil, e, também, para a estruturação da vida social<sup>7</sup>.

2. Torna-se oportuno fazer um enquadramento do pensamento de GR diferente do que se tem feito, de localizá-lo em meio, apenas, ao debate de seu tempo, dos autores que em relação a ele debateram as possibilidades da sociologia no Brasil. Propomos, então, vê-lo movimentar-se entre as proposições analíticas da ciência e os pressupostos historicistas e/ou de uma sociologia do conhecimento. Os autores destas correntes estão cronologicamente para antes e depois de GR, o que não impede o estabelecimento de um outro caminho de reflexão sobre a contribuição do autor.

O objetivo deste encaminhamento é mostrar como o pensamento de Guerreiro Ramos se coloca em meio aos esforços de constituição do pensamento sociológico, das concepções acerca dos procedimentos que

<sup>3</sup> São os tempos de uma sociologia mais "estética", praticada por homens com outras vivências profissionais (como médicos, escritores, advogados etc.) envolvidos pela literatura como matriz fundamental para o trabalho de uma forma geral. Tratava-se de um procedimento sincretístico que envolvia a história social, a etnologia, a antropologia cultural, folclore e política. De todo jeito, este sincretismo foi bastante oportuno se se considera as características e possibilidades de pensar um Brasil rico e complexo num contexto de formação institucional do pensamento social brasileiro.

<sup>4</sup> Pode-se destacar Gilberto Freyre com "Casa-Grande e Senzala" (1933) e Sérgio Buarque de Holanda com "Raízes do Brasil" (1936) como expoentes dessa nova fase. Investigam, cada um a seu modo, a realidade brasileira utilizando categorias mais históricas e analíticas, rompendo com o uso de juízos de valor presentes em antigas abordagens. É a presença já evidente de clássicos como Franz Boas e Max Weber.

<sup>5</sup> Apesar de manter, no sentido de aprovar, o pressuposto da ne-

<sup>6</sup> Há um contingente de mestres do pensamento social brasileiro que fazem diversos mapeamentos da sociologia no Brasil. Destaca-se Antônio Cândido, na sua visão de uma sociologia europeia que, ao enraizar-se no Brasil, preocupa-se em definir as etapas históricas do desenvolvimento nacional, dando preferência a estudos amplos e pelas grandes sínteses explicativas. Para Antônio Cândido, os estudos realizados até os anos 30 tem grande importância para a implantação das ciências sociais no Brasil.

<sup>7</sup> Aqui muito mais enfatiza-se o caráter reflexivo da sociologia, ou seja, a compreensão da realidade como parte de um agir



validam e dão legitimidade às sentenças sobre objetos de estudo referidos. Postula-se que Guerreiro Ramos ocupa um lugar intermediário em relação ao debate que se seguirá.

Em primeiro lugar se pode afirmar da visão institucional da ciência que traz como linhas gerais a imagem de uma prática intelectual que produz um resultado, a verdade, que para assim ser designada precisa enfrentar a prova anterior da experiência, onde se desenrolam toda uma discussão e competição entre diversas possibilidades explicativas. Todo o processo é tornado público, da suposição à prova, conquanto seu corpo teórico de definições e teorias particulares se apresentem em linguagem hermetica, quer dizer, é pensamento sistematizado que ganha inteligibilidade no âmbito da comunidade dos homens “cultos”.

Tanto uma tradição mais historicista do conhecimento, quanto uma mais analítica estariam de acordo quanto à natureza do empreendimento científico nos limites expostos. Ambos aceitam que a meta da ciência é estabelecer leis e teorias gerais aplicáveis ao mundo, sendo que elas precisam passar por uma avaliação das mais rigorosas, segundo o hábito científico vigente. Contudo, em níveis sofisticadíssimos operam distinções fundamentais que, a partir destes elementos iniciais, inscrevem em conjuntos explicativos parcialmente diferenciados, o sentido da prática científica.

Na tradição analítica tanto na filosofia quanto na sociologia, o problema epistemológico central é a questão de determinar as condições universais sob as quais uma teoria é científica. Buscam demarcar o limite entre a ciência e a não-ciência, por meio de um método que caracterize o trabalho científico de forma genérica. Uma referência importante é Popper, em sua posição de que as teorias científicas são falíveis e sujeitas a aperfeiçoamentos ou substituição. A história da ciência pode ser compreendida como a sobrevivência da teoria mais apta em condições rigorosas de teste. A teoria vê-se no impasse entre suas previsões e os resultados observáveis possíveis; da exigên-

cia da exposição à crítica, e da flexibilidade que deve ter diante de evidências problemáticas. Mesmo aqui se aceita a realidade dos limites instrumentais para os testes definitivos da teoria. A flexibilidade está em descartar a teoria se ela se constitui num programa que apresenta perspectivas para a pesquisa<sup>8</sup>.

Parsons é um típico representante da sociologia analítica, condicionando, de início, as chances da boa sociologia às exigências lógicas: na avaliação de uma construção teórica deve-se considerar sua capacidade de produzir enunciados acerca do mundo social de maneira inteligível e defensável num contexto crítico. O que se examina no corpo de uma teoria é seu aspecto lógico-sistêmico, qual seja, a forma como as proposições gerais se integram entre si em relações logicamente encadeadas. Isso implica que a alteração substancial de um enunciado do sistema apresenta consequências lógico-teóricas sobre os enunciados subsequentes. As proposições do sistema teórico, para que sejam consideradas científicas, devem referir-se a fatos empíricos. Contudo, a teoria não se limita a apresentar fatos observados e as relações logicamente deduzidas do campo empírico. A teoria bem fundamentada, antes de tudo, estipula as circunstâncias em que o mundo empírico se presta à observação, porque a teoria não só elabora a explicação para aquilo que se conhece, mas, para o que se precisa conhecer. Parsons crer se dá um processo geral de desenvolvimento “imane” da própria ciência; determinados pelas exigências lógicas dos sistemas teóricos, em conexão com as observações empíricas, na busca de enunciados gerais que englobem os fatos. Estes elementos articulados garantem a facticidade de uma sociologia “ascéptica” em relação às interferências mundanas de todo tipo<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Já aqui se pode ver alguns resultados da continuidade que dá Lakatos às proposições de Popper.

<sup>9</sup> Importantes programas de investigação seguiram pelo caminho proposto por Parsons. Merton aceita e amplia esta noção e as consequências de uma sociologia “ascéptica”, propondo que a estrutura formal de uma teoria científica não é afetada pela situação histórico-cultural. A realidade da interferência da realidade histórico-cultural nos empreendimentos científicos tor-



As teorias historicistas da ciência resistem às pretensões da ciência analítica de alcançar um nível de compreensibilidade dos processos naturais e humanos em que o mundo objetivo coincida com as teorias a seu respeito. Há que se fazer a importante distinção entre as teorias explicativas (que se referem a ensaios destinados a dar uma idéia de conjunto da natureza) e as teorias descritivas (que são ordenações dos fenômenos sob o formato de leis)<sup>10</sup>. As teorias explicativas englobam as teorias descritivas, orientando frequentemente a descrição. Uma teoria explicativa contém, por isso, uma complexidade ideológica da qual a ciência é uma de suas estruturas constituidoras.

De Edwin Burtt, passando por Prigogine até Merleau-Ponty, as possibilidades de apreensão da realidade exige que o sujeito observador perscrute a si mesmo, da lógica que estrutura sua cultura, das forças que o localizam em seu mundo social. Os atos de conhecimento emanam das bases volitivas do sujeito. O anúncio da "verdade" sobre algo, e suas primeiras evidências, levam ao caminho da compreensão da identidade do sujeito. As assertivas acerca da natureza do cosmo e da história guardam, em seu íntimo, conexão com as intenções humanas. Dá-se no plano psíquico do sujeito de conhecimento, uma confiança absoluta de que os processos vitais (sociais e físicos) são como são, enfim, objetividade. Todavia, para a história da ciência será sempre a objetividade de uma época, oportuna àqueles que partilham um mesmo complexo de cultura, que por sua vez ordenam as experiências significativas dos homens no mundo em que vivem. Ganha força o projeto de uma psicologia da ciência e, as representações científicas passam a ser entendidas como símbolos de uma realidade que

existe para o sujeito. As forças causais que determinam um objeto não têm em si objetividade; não podem requerer o *status* de causas primeiras da existência de algo. Agora, todo o caráter de determinação precisa inscrever-se no universo dos sentidos humanos.

Mannheim, quando formula sua sociologia do conhecimento, problematiza: "... como é possível que se construam, a respeito do mundo, concepções divergentes, a despeito do uso das mesmas regras lógico-formais? A resposta a este problema está na exploração de uma psicologia do sujeito, uma vez que "[...] os problemas do pensar não poderiam ser resolvidos unicamente pela preocupação com o objeto, mas, pelo contrário, somente por meio da descoberta do porque as opiniões referentes a eles realmente diferiam" (MANNHEIM: 1968, p. 38).

A multiplicidade das formas de pensar só é um problema em períodos de tempo em que não haja uma estabilidade social que fundamenta e garante a unidade interna de uma visão de mundo. Uma socialização segundo essa tendência impede a existência de processos de pensamento divergentes. Mas a intensificação da mobilidade social destrói esta situação estática, pois o movimento que descentra o indivíduo de um estrato social, abala sua crença na validade geral e eterna da forma de pensamento a que estava filiado inicialmente, faz com que perca a certeza de si próprio, criando uma mente insegura, todavia capaz de lidar com a diferença.

A sociologia do conhecimento é determinista não no sentido de concordar com a construção de uma seqüência mecânica de causa-efeito, mas da estrita correlação entre a situação de vida e o processo de pensamento; onde fatores extra-teóricos tem importância não só periférica, contudo contribuem para o esclarecimento da gênese das idéias, penetrando em suas formas e conteúdo, produzindo o âmbito de determinação do alcance e a intensidade da experiência e da observação. A sociologia do conhecimento busca compreender a constru-

na-se objeto de estudo, a propósito da relação que se estabelece entre a esfera da política em suas implicações apenas em níveis restritos ao plano institucional e não epistemológico.

<sup>10</sup> Essa definição Lenoble aceita de Durhem, fazendo-lhe acréscimos posteriores na famosa obra "A História da Idéia de Natureza".



ção da "perspectiva" do sujeito e, neste caso, "perspectiva" significa a maneira pela qual se vê o objeto. A perspectiva é mais que a mera determinação formal do pensamento, porque se refere aos elementos qualitativos da estrutura de pensamento que são negligenciados por uma lógica formal pura.

Subentende que os dados da experiência são incorporados a cada conceito conforme o interesse do investigador, naquilo que julga essencial dominar e abranger. Cada tradição do pensamento considera como dado estável (e, portanto, como estrutura do sistema teórico) somente aquilo para o qual estão preparados a aceitar sem maiores questões e que desejam mudar ou manter. Isso induz à conclusão de que até mesmo "[...] as categorias e princípios de organização abstratos, aparentemente tão distantes da luta política, tem sua origem na natureza pragmática e metateórica da mente humana e nos recônditos mais profundos da psiquê e da consciência." (*idem*, p. 296).

Com isso, torna-se necessário reformular o problema da relação da ciência com os juízos de valor. Quando Mannheim fala da intenção fundamental da mente, inerente a toda forma de conhecimento, e que afeta a perspectiva, refere-se ao irreduzível resíduo do elemento intencional no conhecimento, que permanece mesmo quando se tenha eliminado toda valoração explícita e consciente. A ciência se sabe, não é um meio de comunicar valorações, mas de determinar fatos. O que a sociologia do conhecimento procura revelar é apenas que, depois do conhecimento se haver libertado dos elementos de propaganda e valoração, ele ainda contém um elemento ativista que, em sua maior parte, não se tornou explícito e não pode ser eliminado, podendo e devendo (no máximo) ser levado à esfera do controlável. Porque a "[...] não-consideração dos elementos qualitativos e da contenção total da vontade não constitui objetividade, mas, ao invés disso, é a negação da qualidade essencial do objeto" (*idem*, p. 73).

Contemporaneamente, as discussões acerca da relação da sociologia científica com as contaminações possíveis com elementos

externos a natureza da ciência, apresentam sínteses marcantes. Bourdieu ( ) seria um bom exemplo disso. Assume-se declaradamente como um defensor da verdade científica e, portanto, de uma ciência da sociologia autônoma em relação às outras esferas da vida social. Por outro lado, sua reflexão a respeito do tema sempre aponta a importância de uma atitude vigilante para que se alcance uma sociologia objetiva. Bourdieu tem em mente uma sociologia científica em que toda a proposição enunciável pode e deve aplicar-se ao sujeito que faz a ciência. É preciso introduzir uma distância objetivante senão não é sociologia e, nesse caso, não é ciência. Isso requer um rompimento com as aderências e adesões dos grupos a que pertence o pesquisador sem que isso caracterize uma desfiliação ao grupo. É uma sociologia da sociologia que invoca a crítica dos passos da pesquisa, isto é, que é em si uma etapa necessária para que os procedimentos metodológicos cheguem a bom termo. Do ponto de vista objetivo implica em situar um sujeito, um ato em seu devido lugar hierárquico, com todas as consequências práticas dessa situação, e isso através de uma justa avaliação pública. O sociólogo não é o árbitro imparcial ou um espectador divino, é, sim, o único a dizer onde está a verdade. Ou o sociólogo é aquele que se esforça por dizer a verdade das lutas que tem por objeto a verdade, e seus mecanismos de luta. Torna-se imperioso elucidar a lógica específica de cada luta, determinando as chances dos diferentes campos. A prática sociológica tem seu caráter recursivo para Bourdieu: seus produtos intervêm na realidade, fazendo que no próprio desenvolvimento da ciência da sociologia, os sociólogos do futuro encontrem realizada em seu objeto, a ciência social do passado.

De qualquer forma, a posição de Bourdieu é um contraponto aos partidarismos unilaterais, porque rejeita ter a ciência um substrato ideológico de configuração automática e irremediável de um historicismo ingênuo; nem tampouco, rende-se às premissas de uma sociologia analítica que ignora o contato que há do cientista com seu



mundo de significados. O tema da autonomia da ciência em relação ao mundo social precisa ser justificado teoricamente, mas do que ser simplesmente pressuposto. A lógica da prática científica não pode lidar com as correntes ideológicas da vida prática apenas como elementos “externos” à lógica da ciência. Tem-se, então, uma difícil realidade, a dos desafios que se apresentam a uma sociologia que quer consolidar-se, mas cujo objeto guarda consigo as marcas de sua própria realização.

3. Guerreiro Ramos qualificava sua sociologia como um instrumento crítico porque ela representava um esforço na constituição de uma ciência genuinamente nacional. Este dado era relevante para o autor porque pressupunha relacionada a esta noção primeira a evidência de que a sociedade brasileira passava por um estágio de desenvolvimento de sua consciência coletiva. As transformações no conjunto da infra-estrutura no Brasil colocavam-se como condições objetivas na constituição da psicologia do novo homem brasileiro. Isto necessariamente suscitava um esforço sincrônico de criação intelectual que precisava tomar o imperativo do desenvolvimento (da nova conformação da estrutura sócio-econômica brasileira que apontava para uma atitude mais independente) como fator gerador da própria consciência crítica<sup>11</sup>. As mudanças estruturais da sociedade brasileira deveriam ser tanto objeto de estudo, como também elementos constituidores das possibilidades da própria ciência da sociologia brasileira.

Guerreiro Ramos via, pelo tratamento do tema do desenvolvimento brasileiro, um país movendo-se como um ator senhor de sua própria história, na disposição dos grupos que o compunham no esforço de imporem-se à natureza, adquirindo o perfil de *pessoa coletiva*. O que caracteriza uma sociedade “histórica” é a “consciência da liberdade” como identidade da pessoa autônoma que não se permite condicionar por

aigo arbitrário, como a contingência da natureza. “A personalidade histórica de um povo se constitui quando, graças a estímulos concretos, é levado a à percepção dos fatores que o determinam, o que equivale à aquisição da consciência crítica” (GUERREIRO RAMOS: 1965, p. 60)<sup>12</sup>.

O momento político brasileiro, tal como vê Guerreiro, era de um esforço do povo brasileiro na realização de projetos, no enfrentamento das circunstâncias e na realização de suas potencialidades no contexto das necessidades. Isto representava uma ruptura com um tipo de vida colonizado, que não permite aos sujeitos históricos reconhecerem-se como subjetividade.

Para o autor de “A Redução Sociológica”, essa tensão entre uma ação servil e uma ação autônoma também se verificava no domínio das ciências sociais. Um significativo acervo de estudos conduzidos até então não se debruçava com os pressupostos históricos e ideológicos que inspiravam essa produção científica. A conduta na pesquisa simplesmente repetia o uso de determinados critérios oriundos de países desenvolvidos. Essa postura intelectual induzia os pesquisadores à perda do sentido que a vida brasileira estava adquirindo e, que o pensar sobre a sociedade invocava que se entendesse o mesmo ato de pensamento como parte do todo que compunha o sentido da história do país. Por isso, a assimilação passiva da ciência estrangeira precisa ser substituída por uma assimilação crítica, e, este é o sentido do termo “redução sociológica” utilizado por Guerreiro Ramos.

Guerreiro Ramos identifica a base de seu método como inspirado nas filosofias de Husserl e Heidegger, onde a relação sujeito/objeto é visceralmente histórica e o ato de pensamento se traduz numa vivência intencional verificável no mundo. É a noção do *ser-no-mundo* que postula a relação íntima e insuperável do sujeito (absorvido

<sup>11</sup> Para Guerreiro Ramos os padrões precários de existência, que mantiam a população em estado de servidão à natureza, não propiciavam o aprofundamento de sua subjetividade.

<sup>12</sup> Guerreiro Ramos tem um bom exemplo do exercício da consciência crítica em seu tempo contemporâneo: das reações ao colonialismo ocorridas no mundo afro-asiático, cujo conteúdo reivindica a autoridade de serem sujeitos de seu próprio destino.



por seus interesses) com o meio. Os objetos, assim, participam de uma estrutura de referência que lhes conferem significado. É a partir desta estrutura de significado que o homem adquire uma compreensão do mundo. A noção de intencionalidade expressa, sempre, que a consciência está referida a objetos e, neste caso, a palavra designa o conteúdo significativo ou referencial dos objetos no mundo, ou o “*para que*”. Mas, o significado das coisas se remete às relações referenciais dos objetos entre si no mundo, donde se pode ver, então, a interação e integração do sistema.

A transposição da filosofia existencialista para a sociologia, e é isso que faz Guerreiro Ramos, implica em afirmar que cada objeto de conhecimento se inscreve numa totalidade histórica que precisa ser recomposta (inclusive a peculiaridade histórica do pesquisador) para que se alcance tanto a inteligibilidade do objeto como do ato de pensamento. Dessa forma, a redução sociológica é um esforço de abstração que “[...] funda-se numa atitude metódica interessada em descobrir as implicações referenciais, de natureza histórico-social, de toda sorte de produção intelectual e em referir sistematicamente essa produção ao contexto em que se verifica, para apreender exhaustivamente o seu significado” (Idem, p. 105). A consequência epistemológica deste posicionamento é a necessidade de lidar com o resíduo ideológico nas ciências sociais; ou melhor, os objetivos de uma ciência desinteressada precisa, a partir desse momento, lidar com o dado histórico de que subsistem a qualquer modelo de explicativo, padrões de pensamento abrangentes suficientemente para modelar os instrumentos mentais, determinando o âmbito das respostas e também a natureza das perguntas. Ou mesmo se pode invocar Weber, para quem os problemas intelectuais variam de acordo com o conteúdo do universo de cultura. Com isso se reconhece que os limites do trabalho intelectual coincidem com os próprios limites de significação do mundo e, as pretensões científicas situam-se como uma

das ações “valorativas” mais expressivas da modernidade.

Guerreiro Ramos está entre aqueles para quem as possibilidades de institucionalização da sociologia no Brasil dependiam da compreensão dos elementos meta-teóricos da própria ciência. Ou, a busca de apreensão dos elementos de uma psicologia da ciência, porque as construções abstratas são movidas pela vontade, que, por sua vez, estruturam-se a partir de uma teoria geral do mundo, não necessariamente universalizante e presa a uma realidade ontologicamente dada.

Torna-se importante identificar que os elementos estruturantes de uma psicologia da vida brasileira encontram-se na dinâmica das ações da vida pública, no mundo e no nível das decisões políticas acerca do futuro econômico-social do país. É nesse sentido que Guerreiro trabalha os temas do desenvolvimento/subdesenvolvimento, do tradicional/moderno, para chegar à uma psicologia da vida brasileira.

Portanto, a noção de “redução” em Guerreiro Ramos consiste na “[...] eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um lado” (idem, p. 81). Para isso é necessário descobrir os pressupostos históricos dos objetos e fatos da realidade, pois o conhecimento, à partida, é de uma necessidade social da comunidade e um meio de realização de projetos da vida coletiva. Não se nega com isso a importância de uma atitude metódica, uma vez que a pesquisa deve obedecer a regras na sua busca exhaustiva de compreensão do universo de significados. É, porém, pesquisa em perspectiva, porque o sentido de um objeto social conecta-se a um contexto de onde ganha inteligibilidade. Aqui entram as objeções de Guerreiro Ramos à importação de modelos explicativos que não reconstituíam o aspecto contingente na compreensão dos objetos de investigação, enfraquecendo as respostas às questões fundamentais, uma vez que estas são significativas e requer como condição para



uado da contingência. Dessa forma, a redução sociológica prega a pertinência de uma assimilação crítica do instrumento estrangeiro, sem, com isso, invalidar a pretensão de que os resultados dos estudos tenham aspiração universal; só que agora mediatizado pelo regional ou nacional.

Ao defender a necessidade de uma atitude assimilativa crítica, Guerreiro Ramos demonstra os problemas de se incorporar a teoria sociológica geral oriunda dos EUA sem um trabalho de filtragem. Naquele contexto histórico, faz todo sentido a construção e sofisticação do conceito de “controle social”, pois, além de compor o sistema teórico, é mesmo tema fundamental da vida social norte-americana. O conceito ganha, dessa forma, grande funcionalidade para o trabalho sociológico naquele contexto social. No caso brasileiro, não é certo que este conceito se reporta ao dado central explicativo da constituição da identidade e da integração da nação.

As diversas interpretações acerca das idéias de Guerreiro Ramos convergem para algumas conclusões do tipo (1) suas análises tem um caráter mais funcional do que propriamente zelosa da necessidade de cientificidade dos enunciados; (2) por isso diz-se que fez um saber militante ou “um saber de salvação nacional”, nos numerosos recortes de suas obras em que defende a urgência de uma reconstrução social do Brasil<sup>13</sup>;

Essas leituras acerca de Guerreiro Ramos têm sua importância e lugar, mas não captam questões decisivas relativas à filiação do autor ao existencialismo e a fenomenologia e, penso eu, perguntas continuam sem resposta: Quando Guerreiro Ramos invoca a necessidade do sujeito situar-se no mundo antes da saída à investigação, está fadado a construir uma premissa unicamente funcional e sem cientificidade? Como articular o Guerreiro Ramos intelectual com o Guerreiro Ramos político? É

possível separar em etapas o Guerreiro Ramos que pensa do Guerreiro Ramos agente político?

Há um outro caminho a seguir: em Guerreiro Ramos as noções de ação e pensamento são indissociáveis. Quando critica o Brasil tradicional na defesa de um país moderno, seu posicionamento histórico-político cumpre sim uma exigência metodológica, pois respeita a premissa de que o ato de conhecimento se dá concomitante à autoconstituição do sujeito, do sujeito em seu mundo. Guerreiro não afasta de si o objetivo de um conhecimento científico racional e universal. Todavia defende um novo estatuto da verdade para a ciência. A verdade e a objetividade somente podem ser controláveis incorporando a etapa de compreensão da contingência e, o homem em sua realidade sócio-política compõe este quadro. Daí porque em Guerreiro Ramos é tão importante o estudo das grandes questões nacionais, uma vez que constitui uma etapa metodológica crucial para o domínio da contingência<sup>14</sup>.

Prossegue como um grande desafio intelectual analisar a extensão e a profundidade da obra de Guerreiro Ramos, perscrutando a racionalidade de seu pensamento envolto, ora acenando para os interesses de um saber universal porque generalizante, e ora comprometido com as conseqüências do dado contingente no contexto da produção do conhecimento. O meio termo encontrado pelo autor pode dar pistas de como os sociólogos brasileiros buscavam encontrar a chave operatória da ciência social de seu tempo.

## Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Lições da Aula*. São Paulo: Editora Ática, 1988 (a).

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL Editora, 1989.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

<sup>13</sup> A ênfase que deu a uma sociologia como instrumento de organização social, sua crítica ao Brasil rural e tradicional, bem como sua defesa de um desenvolvimento genuinamente nacional só podem ser entendidos no âmbito deste saber militante.



BURTT, Edwin A. *As Bases Metafísicas da Ciência Moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 49ª ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

GUERREIRO RAMOS, A. *A Redução Sociológica*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1965.

LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1994.

PARSONS, Talcott. *La Estructura de la Accio Social*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1968.

PRIGOGINE, I. e STENGERS, I. *A Nova Aliança*. Brasília: Editora UnB, 1991.

POPPER, Karl. *Conjecturas e Refutações*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 1992. Partes I e II.